

Novas abordagens na organização no acesso e na transferência da informação

Johanna W. Smit

Como citar: SMIT, J. W. Novas abordagens na organização no acesso e na transferência da informação. *In:* SILVA, H. C.; BARROS, M. H. T. C. (org.).

Ciência da Informação: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 57-66. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2009.978-85-60810-16-1.p57-66>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Novas abordagens na organização, no acesso e na transferência da informação

Johanna W. Smit

A desconstrução do primeiro mito

A cadeia “organização-acesso-transferência” resume tanto o núcleo central da Ciência da Informação (ou seja, a organização e o acesso) quanto o objetivo último da área, ou seja, a transferência da informação. Esta maneira de enunciar a cadeia documentária (ou uma parte importante da mesma) ocorre freqüentemente, não configurando, portanto, uma inovação. Não tenho, conseqüentemente, a pretensão de inovar a discussão, mas gostaria de aprofundar um pouco alguns tópicos relacionados à tríade formada pela organização, complementada pelo acesso e pela transferência de informação.

Parece-me que esta tríade configura um dos grandes mitos da área, um mito resistente à passagem do tempo e refratário à problematização. O que é um mito? O dicionário ensina que um mito é “a narração fabulosa, de origem popular e não refletida, na qual agentes impessoais, a maior parte das vezes forças da natureza, são representados sob forma de seres pessoais, cujas ações ou aventuras têm um sentido simbólico” (LALANDE, 1993, p.688). Outro dicionário acrescenta ao mito uma dimensão antropológica: “relato simbólico, passado de geração em geração dentro de um grupo, que narra e explica a origem de determinado fenômeno, ser vivo, acidente geográfico, instituição, costume social, etc.” (HOUAISS; VILLAR 2001, p.1936). Não é minha intenção assimilar a Ciência da Informação a um mito, mas destacar a mitologia evocada pela tríade organização, acesso e transferência.

A seqüência organização, acesso e transferência propõe uma lógica de causalidade: a organização causa o acesso e o acesso causa a transferência. De acordo com esta lógica, a sucessão de etapas parece fluir

naturalmente, uma etapa levando obrigatoriamente, e necessariamente, à próxima. Se fosse tão simples, se a relação de causalidade fosse tão automática assim, não haveria razões para organizar encontros como este¹, escrever textos, debatê-los, ensiná-los na graduação e discuti-los na pós-graduação... A causalidade é retórica, em boa parte, ou seja, elaborada como uma “narração fabulosa, de origem popular e não refletida” ou ainda um “relato simbólico, passado de geração em geração dentro de um grupo, que narra e explica a origem de determinado fenômeno”. No paralelo com a definição de mito, podemos até associar a organização e o acesso à “forças da natureza (...) cujas ações ou aventuras têm um sentido simbólico”. É como se as “forças da natureza”, uma vez evocadas, forçosamente nos levassem sempre a bom porto, ao final feliz, ou seja, à transferência da informação.

Interessante notar que a bibliografia cite regularmente tanto o acesso quanto a transferência, mas não distinga sistematicamente os conceitos. Proponho, a seguir, uma leitura particular. O *acesso* é freqüentemente associado a uma noção de “acesso físico ou virtual”, prevalecendo a idéia da anulação de uma distância entre a informação e o usuário. O acesso significa, portanto, a co-presença, no tempo e no espaço, da informação e da pessoa que por ela procura. A *transferência*, por sua vez, foi anteriormente igualmente assimilada a uma operação física, mas neste caso não propondo a anulação de uma distância, mas o deslocamento da informação até o espaço do usuário. Este conceito de transferência de informação ainda é utilizado, nas discussões sobre movimentos internacionais de compra e venda de tecnologia (a *transferência de tecnologia*, por exemplo), mas o termo passou igualmente a admitir um outro sentido, ao se referir ao processo de assimilação da informação pelos indivíduos. Nesta ótica, o termo transferência remete a um deslocamento espacial, ou horizontal, mas a uma interiorização, um deslocamento vertical: o termo aponta para uma operação cognitiva, pois a transferência somente ocorre quando a pessoa consegue se apropriar da informação à qual teve, preliminarmente, acesso. Enunciado de outra maneira, temos que:

- *Acesso* aponta para uma operação físico-espacial: alguém dá, ou tem, acesso a uma informação;
- *Transferência*, pelo contrário, aponta para uma operação cognitiva, pessoal e subjetiva: alguém se apropria da informação.

¹ V Simpósio Internacional de Ciência da Informação Professor Paulo Tarcísio Mayrink – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, campus de Marília

Como se pode observar, *acesso* e *transferência* designam operações muito diversas, com variáveis igualmente distintas, pois a discussão do acesso levantará, num primeiro momento, questões de tecnologia, linguagem e procedimentos de organização da informação, ao passo que a compreensão do processo de transferência pressupõe primordialmente a mobilização de conceitos sociológicos e psicológicos. Embora os dois termos se inscrevam em registros diferentes, constata-se uma relação de causalidade entre ambas (mas não uma relação de pressuposição recíproca): não há transferência sem acesso à informação, mas pode haver acesso à informação sem que ocorra a respectiva transferência.

Destaca-se, desta maneira, que a passagem do acesso para a transferência não é nada simples e muito menos automática, muito embora uma bibliografia volumosa apresente a transferência de informação como decorrência direta, e imediata, do acesso à mesma. Este é o mito ao qual me referi antes.

A desconstrução do segundo mito

Mas há um outro mito a desconstruir. Neste processo, no qual a informação passa por uma organização, é dado o acesso à mesma e a transferência da informação é almejada, qual o papel do bibliotecário, ou do profissional da informação? A resposta é rápida e consensual na área: a *mediação*. O bibliotecário é um mediador. Creio ser este um novo “relato simbólico, passado de geração em geração dentro de um grupo”. Exagero quando digo que o relato da “mediação” vem passando de geração em geração, pois o mesmo é relativamente recente, mas não deixa de passar de um profissional para o outro, de um docente para um aluno, de um texto para outro, sem a necessária discussão. A função social do bibliotecário é freqüentemente apresentada como uma função de mediador entre o cidadão e a informação, um facilitador no acesso à informação, aquele que gerencia a informação para o bem comum visando ao progresso da sociedade e bem-estar da humanidade. A consciência a respeito da função social desempenhada pelo profissional constitui um tema recorrente na bibliografia. Emerge, a partir deste consenso, a questão do significado atribuído ao termo *mediador* ou à conseqüência do trabalho do mesmo, a *mediação*.

Embora indiscutível, a função do mediador tende a adquirir uma aura romântica e quase mágica, ou seja, constitui-se em novo “mito”. O profissional é apresentado como aquele que “fica entre”, “constrói a

interface” ou “facilita o acesso à informação por parte do cidadão”. Nesta abordagem, a função da mediação é apresentada como uma consequência, insisto, quase mágica, ou mítica, do lugar específico ocupado pelo profissional: é como se, em “estando entre”, o mesmo automaticamente, ou magicamente, exerce seu papel mediador. A posição ocupada pelo profissional no processo de transferência da informação (o “estar entre”) fornece, nesta lógica, a garantia necessária e suficiente de que o processo de fato se concretize e que a função social do profissional se realize.

Sabemos, no entanto, que o termo *mediação* designa um processo muito complexo e que a discussão das dificuldades relacionadas à consecução do processo são muito freqüentes. Ou seja: sabe-se que o processo é muito complexo, mas ao mesmo tempo a função mediadora do profissional não é submetida a um questionamento mais detalhado. Creio que devemos discutir com maior profundidade como exercemos esta função, quais variáveis intervêm no processo, distribuir estas variáveis entre aquelas que estão fora de nossa esfera de ação e quais outras constituem nosso lócus particular de atuação profissional e investigação científica.

As variáveis que se situam fora de nossa esfera de atuação são freqüentemente invocadas para demonstrar o quanto o processo da mediação é complexo e, conseqüentemente, forçosamente imperfeito: a educação fundamental é deficiente (o que é um fato), o cidadão tem pouca consciência de suas necessidades informacionais (outra verdade), o acesso à tecnologia da informação e aos meios de comunicação é socialmente injusto e desigual (outra verdade) e assim por diante. Como estes temas se situam fora de nossa área de atuação e, portanto, fogem à nossa jurisdição, os mesmos são invocados para nos inocentar ou relativizar nossas fragilidades.

Em relação às questões que pertencem à nossa jurisdição, cabe perguntar se o estatuto do mediador não configura uma nova forma de nos colocarmos um pouco acima, ou além, dos embates sociais: somos mediadores (por isto estamos com a razão), mas o que fazemos de fato? Como mediamos? O que mediamos? Para quem mediamos? Com quais conseqüências? Quais resultados são produzidos pela nossa mediação? E estes resultados são invariavelmente positivos? Não ignoro que muito é feito e que as intenções que movem os profissionais são totalmente sinceras, mas acredito firmemente que deveríamos aprofundar o debate neste aspecto.

A cadeia organização-acesso-transferência evoca, assim, alguns mitos, ao deixar de questionar as variáveis intervenientes, a função de cada

elo na cadeia em relação aos demais, e em qual medida cada elo condiciona a relação de causalidade entre os mesmos. Para podermos avançar, torna-se necessário distinguir a organização da informação e a organização do acesso à informação, da transferência de informação, até porque a organização denota um procedimento típico, central da área, ao passo que a transferência de informação designa um objetivo, não um procedimento.

A organização da informação ou a organização do acesso à informação

Será necessário, neste momento, refletir sobre a seqüência organização e acesso à informação. De fato, trata-se efetivamente de uma seqüência? Ou o acesso à informação determina os modos de organização da mesma? Ou será que a organização da informação determina o acesso? Melhor dito: o que significa *organizar a informação*?

Os sistemas de informação, quer sejam nomeados bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, centros de informação ou projetos-memória, reúnem informações às quais foi atribuído um valor e uma utilidade potencial no futuro. A seleção das informações que integrarão o sistema de informação não é portanto neutra, mas direcionada por objetivos institucionais. Dito de outra maneira, nem toda informação é preservada por um sistema de informação: excetuados os projetos grandiosos, que perseguem a reunião de “toda” a informação e que, obviamente, nunca alcançam seus objetivos, a seleção de informação é tanto indispensável do ponto de vista quantitativo como essencial do ponto de vista qualitativo, como tentarei demonstrar a seguir.

De acordo com Barreto (1994) a informação é estática, ela existe e está presente, mas constitui um estoque totalmente inerte. A informação, em função de seu caráter estático, “não produz, por si só, qualquer conhecimento. As informações armazenadas em bases de dados, bibliotecas, arquivos ou museus possuem a competência para produzir conhecimento, que só se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte (os estoques) e o receptor. Porém, a produção dos estoques de informação não possui um compromisso direto e final com a produção de conhecimento” (Barreto 1999, p.373). Pode-se deduzir desta colocação que a informação, *per se*, não é portadora de um sentido. “Ela é uma informação” e nada além disto. Para que a informação, no contexto de um sistema de informação, “faça sentido”, ou seja, que sua

presença se justifique naquele contexto e que o sistema possa atribuir um sentido à informação, é necessário organizá-la. A atribuição de sentido à informação é resultante de sua organização. Dito desta maneira, a organização da informação não constitui somente uma imperiosa necessidade para que o acesso à mesma possa ser ativado, mas é a condição *sine qua non* para que o sistema de informação “faça sentido”, ou seja, que o mesmo cumpra seu papel social. Informação acumulada, sem organização, não é nada mais do que um conjunto de informações que “nada dizem”. Em função da discussão acima venho considerando que a organização da informação constitui o “núcleo duro” da área, aquilo que a diferencia em relação às outras áreas que trabalham com a informação, concorrendo substancialmente para a constituição da identidade da Ciência da Informação.

A organização da informação confere sentido à mesma. A mesma não pode, conseqüentemente, ser operada desvinculada de um objetivo que a norteie. Dito de outro modo, não faz sentido imaginar uma organização da informação “em si”, desvinculada de objetivos e, portanto, *opções*. A decisão de preservar determinadas informações e de organizá-las de acordo com objetivos institucionais acarreta a “institucionalização” da informação, ou seja, a atribuição de um status diferenciador àquela informação, pois a mesma agora foi acrescida de um “carimbo” institucional. Este carimbo tem dupla função: afirmar que aquela informação foi considerada digna de guarda e que a mesma encontra seu lugar, ou seu sentido, no contexto maior das opções institucionais. Em suma: a organização da informação, para conferir sentido, opera por *opções*, portanto.

Colocando a mesma argumentação em outros termos, a organização da informação inclui, por definição, a preocupação com o acesso à mesma: não se organiza por organizar, mas para permitir o acesso à informação. Seria, portanto mais adequado propor a adoção da expressão “organização do acesso à informação”. Creio que a adoção de tal expressão traria duas vantagens, pelo menos, para a discussão:

- enfatiza a finalidade da organização, ou seja, o acesso;
- chama a atenção (pelo menos, espero que assim o faça) para o caráter relativo da organização que, através de opções ditadas pelos objetivos institucionais, propõe uma possibilidade de acesso à informação, sem ignorar que outras possibilidades organizacionais, igualmente possíveis e plausíveis, poderiam ser adotadas caso os objetivos institucionais fossem outros.

As afirmações acima são particularmente interessantes se contextualizadas no ambiente da dita Sociedade da Informação, também denominada do Conhecimento. Diante do volume de informações disponíveis, propiciado e potencializado pelas tecnologias da informação e da comunicação, fica mais claro que o problema da sociedade atual não reside na disponibilidade de informação, mas na competência para utilizar o conhecimento que nunca está disponível de forma concentrada e integrada. Esta afirmação, de autoria do Prêmio Nobel de Economia, Freidrich Hayek, avançada em 1945, aponta para o maior desafio do acesso à informação: através de um acesso qualitativo e integrado da informação, permitir que os indivíduos gerem conhecimento a partir da mesma, apropriando-se de informações e, desta maneira, integralizando o ciclo de transferência da informação.

Para encerrar esta parte da discussão, creio ter ficado claro tanto a relação de causalidade sempre pressuposta entre a organização do acesso à informação e sua transferência, como também uma certa autonomia entre o pólo organizacional e o pólo da transferência, até por que o estudo dos dois pólos é sustentado por disciplinas diferentes, não se caracterizando uma relação de pressuposição recíproca entre ambos.

Torna-se importante, para continuar a argumentação, avançar na identificação das variáveis intervenientes nos dois pólos, com o objetivo de detectar temáticas para futuras pesquisas.

O corpo conceitual da ciência da informação

A Ciência da Informação foi constituída como uma ciência aplicada, recorrendo a teorias desenvolvidas por outras áreas do conhecimento e, de acordo com alguns autores, fundada na prática profissional (SHERA, 1980). Estas duas características se encontram seguramente na origem do questionamento atual da área, em sua busca de identidade e também na sua pequena visibilidade social.

A constituição da área enquanto uma ciência aplicada trazia, em seu bojo, um perigo, apontado desde o início pelos fundadores da Ciência da Informação, e que encontra sua origem numa característica de todas as ciências aplicadas, ou seja, a tendência à adoção de teorias de outras áreas. Em algumas ciências, como a engenharia, esta tendência levou a um quadro conceitual coerente porque as teorias adotadas (no caso, provenientes da física, da matemática e da química) são consistentes. Em

outros casos (educação, por exemplo) o quadro conceitual fica menos claro: adota-se teorias de uma variedade de fontes, às vezes inconsistentes entre si. A Ciência da Informação incorreu no mesmo problema, acarretando uma grande fragilidade: quando a teoria da área parece ter uma estrutura *ad hoc*, pode ocorrer a tentação de concluir que esta representa um adendo opcional e que é possível não recorrer a ela. Os pioneiros da Ciência da Informação consideravam que o maior perigo a ser enfrentado pela área recém-criada residia nesta falta de um corpo conceitual próprio da área (SUMMERS et al., 1999, p.1156).

A interdisciplinaridade da ciência da informação

À medida que a Ciência da Informação é uma ciência contextual, ou seja, uma ciência aplicada a contextos, outra tentação se faz presente ao caracterizá-la como uma ciência interdisciplinar. Creio que esta caracterização, embora verdadeira, tenha trazido muito mais problemas do que soluções para nossas discussões acadêmicas, diluindo os questionamentos e impedindo que questões fundamentais emergissem. “Muitas vezes se confunde interdisciplinaridade com a mera incorporação de conceitos, teorias e métodos de uma disciplina por outra” (GOMES, 2001, p.4). De fato, a Ciência da Informação se enuncia recorrendo a termos e conceitos de uma diversidade de outras áreas, com as quais se relaciona e nas quais busca suas bases teóricas: informática, administração, lingüística, comunicação, ciências cognitivas, educação. Como diz Ingwersen (1992, p.310), nossa balança de pagamentos não está nada equilibrada pois importamos muitos termos (mas nem sempre os respectivos conceitos) e pouco exportamos. A esta conclusão também chegou Henriette Gomes, no artigo acima citado, quando esta propõe que se deve identificar as disciplinas que vêm incorporando conceitos desenvolvidos pela Ciência da Informação para constatar até que ponto o diálogo interdisciplinar está, de fato, ocorrendo. Em um texto publicado há pouco, em co-autoria com duas colegas, consideramos que a alta proporção de “noções emprestadas” de outras ciências e incorporadas ao discurso da Ciência da Informação é reveladora de uma interdisciplinaridade formal, que não reflete uma interdisciplinaridade real mas um “empréstimo” de termos de outras áreas, sem que tenha havido uma adaptação dos conceitos aos propósitos da área (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI 2004).

Ciência da informação, uma ciência aplicada

A outra discussão acima indicada, a respeito da constituição da Ciência da Informação, fundada numa prática profissional, refere à discussão da história da área e às relações historicamente tecidas entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. A visão evolucionista, muito freqüente nesta discussão, sinaliza que a Documentação nasceu da Biblioteconomia - como uma Biblioteconomia especializada - e que a Documentação deu origem à Ciência da Informação. Uma parcela representativa da bibliografia reitera esta visão evolucionista que, do ponto de vista estritamente cronológico pode até fazer sentido, mas que ignora a diferença entre a organização – social – de uma prática profissional e a constituição de um campo do conhecimento. Não é possível, e nunca será possível, constituir um campo científico fundado numa prática profissional: uma ciência pressupõe leis e princípios básicos que podem ter sido originados numa prática (esta é a noção de ciência aplicada), mas que não podem se restringir às práticas profissionais. Deve haver um exercício de abstração, um descolamento de um discurso dos “estudos de caso” para, a partir destes, propor formulações mais amplas, mais generalizadas e generalizáveis: neste caso, um campo científico é constituído com um corpo conceitual próprio. A elaboração de um corpo conceitual próprio pressupõe, no entanto, a existência de uma linguagem de especialidade, uma linguagem na qual a informação sobre a área é organizada de forma tal a “fazer sentido”.

O dilema: volta à questão do corpo conceitual

O dilema atual da Ciência da Informação se enuncia, a meu ver, nos seguintes termos: temos muitos estudos de caso sobre o acesso à informação e a organização da informação, mas não organizamos a informação constitutiva da área num corpo conceitual próprio.

Referências

BARRETO, A.de A. A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.8, n.4, p.3-8, 1994.

BARRETO, A.de A. Os destinos da ciência da informação: entre o cristal e a chama. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.9, n.2, p.371-382, 1999.

GOMES, H. F. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.2, n.4, ago.2001. Disponível em: http://www.dgz.org.br/ago01/Art_04.htm>. Acesso em: 28 maio 2002.

HAYEK, F. The use of knowledge in society. *American Economic Review*, v.35, n.4, p.519-530, set. 1945. Disponível em: <<http://www.virtualschool.edu/mon/Economics/HayekUseOfKnowledge.html>>. Acesso em: 26 nov. 2003.

HOUAISS, A., VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INGWERSEN, P. Conceptions of information science. In: VAKKARI, P., CRONIN, B. (Org.) *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. London: Taylor Graham, 1992. p.299-312.

LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: GOMES, H. E. (Org.). *Ciência da informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p.91-105.

SMIT, J. W., TÁLAMO, M. de F. G. M., KOBASHI, N. Y. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, fev. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/Art_03.htm> Acesso em: 18 fev. 2004.

SUMMERS, R. et al. Information science in 2010: a Loughborough University view. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n.12, p.1153-1162, 1999.